

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA**  
**Departamento de Economia**

**VICTORIA JENNIFER DA SILVA**

**O CRÉDITO NO GOVERNO LULA E OS IMPACTOS PARA A  
POPULAÇÃO**

**Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas**

PUC – São Paulo  
**Novembro/2022**

**VICTORIA JENNIFER DA SILVA**

**O CRÉDITO NO GOVERNO LULA E OS IMPACTOS PARA A  
POPULAÇÃO**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Mônica Landi.

**Novembro/2022**

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

---

---

---

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Dedico este trabalho aos meus pais, Edite e Edmilson, a minha irmã Nathalia e aos meus tios, que me inspiraram a buscar aquilo que acredito.

## **AGRADECIMENTOS**

A princípio, agradeço a minha família, principalmente minha irmã Nathalia, que me deu apoio em todos os momentos da graduação, me acolheu sempre que precisava desde o dia em que me matriculei no curso, ensinando também que a distância física que existia entre nós nunca foi sinônimo de ausência. Também ao meu pai Edmilson e mãe Edite, que possibilitaram essa etapa da minha vida, frequentar uma faculdade, privilégio que eles não puderam ter.

Agradeço a minha orientadora Mônica Landi, pela professora incrível que ela é e foi durante toda a minha pesquisa, me apoiou em todas as fases da monografia e me inspirou como mulher e professora de excelência que ela é.

Também deixo meus agradecimentos aos meus professores da PUC, que durante esses cinco anos me ensinaram tanto, não só sobre o conteúdo acadêmico, mas também sobre a vida, me inspiraram e deixaram grande admiração.

Aos meus grandes amigos, que compartilharam as dores da vida adulta e também os risos em momentos de necessidade. Obrigada a todos que estiveram comigo nessa trajetória que não foi fácil, mas foi importante para minha vida, como tudo tem que ser.

Silva, Victoria Jennifer. **A expansão do crédito no governo Lula e os impactos para a população**. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **Resumo**

As políticas de expansão da oferta de crédito adotadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva permanecem gerando debates na atualidade. Governando por dois mandatos consecutivos, iniciando após a prosperidade do Plano Real e encerrando logo após a Crise do subprime em 2008, as mudanças e impactos no desenvolvimento econômico e na vida das famílias foram profundas. A oferta de crédito, assim como as políticas sociais, inclusão bancária e as remunerações salariais apresentaram acelerado crescimento resultando em um aumento do consumo. O mesmo período foi marcado por um intenso endividamento das famílias e altas taxas de inadimplência.

**Palavras-chave:** Crédito. Políticas sociais. Desenvolvimento econômico. Endividamento.

Silva, Victoria Jennifer. **The expansion of credit in the Lula government and the impacts on the population.** São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

### **Abstract**

The policies to expand the credit supply adopted by President Luiz Inácio Lula da Silva continue to generate debates today. Governing for two consecutive terms, starting after the prosperity of the Real Plan and ending shortly after the Subprime Crisis in 2008, the changes and impacts on economic development and on the lives of families were profound. The supply of credit, as well as social policies, banking inclusion and salary remunerations showed accelerated growth, resulting in an increase in consumption. The same period was marked by intense household indebtedness and high default rates.

**Keywords:** *Credit. Social politics. Economic development. Indebtedness.*

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 - Crédito e desenvolvimento econômico.....</b>	<b>13</b>
1.1 O sistema financeiro .....	13
1.1.1 A moeda .....	13
1.1.2 Liquidez .....	15
1.1.3 Criação do crédito .....	16
1.1.4 Taxa de juros e oferta de crédito .....	17
1.1.5 Os riscos .....	17
1.1.6 Investimento, poupança e crédito .....	18
1.2 Impactos do crédito no desenvolvimento econômico.....	19
<b>Capítulo 2 – A expansão do crédito no Brasil.....</b>	<b>21</b>
2.1 Pós plano real e o governo Lula.....	21
2.2 O segundo Mandato Lula - a nova política econômica.....	25
2.3 O crédito.....	29
2.3.1 A evolução do crédito pessoal e o novo padrão de consumo.....	31
<b>Capítulo 3 – Impacto do crédito no endividamento das famílias.....</b>	<b>35</b>
3.1 Novo padrão de consumo.....	35
3.2 Mobilidade social e classe média.....	37
3.3 Inadimplência e endividamento das famílias.....	39
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>43</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>45</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

DVBC - Depósitos à vista nos bancos comerciais

PMPP - Papel Moeda em Poder do Público

## LISTA DE QUADROS

Tabela 1 - I, taxa de juros, taxa de desemprego, taxa de crescimento do PIB e variação da taxa de câmbio nominal (%): Brasil, 2003-2010

Tabela 2 - função do crédito livre direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (2002-2010) (Em % do PIB)

Tabela 3 – Operações de crédito do sistema financeiro (2003-2010)

Tabela 4 – Evolução do crédito com recursos livres-pessoa física (dez./2003-dez./2010)

Tabela 5 – Operações de crédito do sistema financeiro: setor imobiliário e habitacional (2003-2010)

Tabela 6: Taxa de crescimento real do produto, do investimento e do consumo das famílias – em variação % – período: 2003 a 2010

Tabela 7: Critério de enquadramento das classes de renda

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1- Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010)

Gráfico 2 - Evolução do crédito pessoal e do consignado (dez./2004-dez./2010)  
(Em % do PIB)

Gráfico 3 - Diferencial de crescimento real anual entre consumo per capita e PIB  
per capita (1991-2015)

Gráfico 4 - Endividamento das famílias 2005-2013

Gráfico 5 - Comprometimento de renda das famílias 2005-2013

## Introdução

A posse do presidente Lula em 2003 levantou diversos questionamentos a respeito do rumo em que o Brasil seguiria e quais abordagens seriam adotadas por se tratar de um candidato populista. O primeiro mandato foi marcado pela continuidade das políticas implementadas pelo seu antecessor Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), respeitando as metas inflacionárias, o superávit primário imposto pelo FMI e o câmbio flutuante.

O Brasil enfrentava um momento de intensa desvalorização cambial e conseqüentemente aceleração da inflação no início do governo Lula. Não obstante de manter seu compromisso com o superávit fiscal e de suas políticas contracionista, o governo inicia uma série de medidas para o enfrentamento da desigualdade social e conseqüentemente gerar crescimento econômico através do aumento da oferta de crédito, como a criação do crédito consignado, benefícios de transferência de renda e a inclusão bancária.

O segundo mandato (2007-2010) foi marcado pela adoção de políticas expansionistas por meio de intensas mudanças sociais e expressivo crescimento na oferta de crédito, focando no aumento do consumo e de investimentos, mas mantendo seu acordo com o superávit fiscal. Redução das taxas de desemprego, valorização do salário mínimo, crescimento econômico e aumento da renda das famílias foram alguns dos pontos positivos desse governo. Mesmo em meio a uma crise financeira mundial que se originou pela crise do *Subprime* nos Estados Unidos em 2007, o governo adotou políticas anticíclicas para combater seus efeitos negativos.

O objetivo da monografia é analisar a expansão do crédito durante as gestões do Presidente Lula (2003-2010), sobretudo o crédito destinado a pessoas físicas e seus impactos para a população. A expansão de produtos e serviços financeiros possibilitou o acesso para a classe trabalhadora e pessoas que antes eram excluídas do sistema bancário, diante disso, o período foi marcado por um forte estímulo ao consumo e investimento resultando em uma mudança no padrão de consumo das famílias e a ascensão de uma classe média. É caracterizado também por intenso endividamento das famílias e altas taxas de inadimplência.

A monografia contém quatro partes. Inicialmente será apresentado os conceitos necessários para compreender a criação do crédito no sistema financeiro, assim como sua importância para o desenvolvimento econômico do ponto de vista teórico. Posteriormente será tratado as políticas econômicas aplicadas durante os dois mandatos lulas. A seção seguinte examina a trajetória do crédito nas modalidades de crédito destinada a pessoa física. O último capítulo aprofundará nos impactos da expansão do crédito nas famílias, isto é, como foram afetadas a renda, consumo e as dívidas dessas populações.

Portanto, para compreensão dos impactos da crescente oferta de crédito sobre a população, serão utilizados artigos científicos e teorias econômicas que corroborem essas questões, assim como dados e pesquisas do Banco Central do Brasil (Bacen), IBGE e da Confederação Nacional do Comércio de Bens.

## **Capítulo 1: Crédito e desenvolvimento econômico: uma análise sobre o crédito e o crescimento econômico**

### **1.1 O sistema financeiro**

Para começarmos a entender a função do crédito em uma economia, é necessário conhecer primeiramente o funcionamento do sistema financeiro e seus componentes. O mercado financeiro ou sistema financeiro é o lugar em que o dinheiro é ofertado e demandado, através de entidades e instituições altamente regulamentadas. Essa transferência de recursos financeiros entre o indivíduo que decide poupar mais do que investir e o indivíduo que investe mais do que poupa é essencial para compreender o mercado de crédito.

A sociedade é composta por poupadores que optam por adiar sua satisfação momentânea em troca de uma remuneração futura e por tomadores de crédito, podendo ser as famílias (pessoa física) e ou empresas (pessoa jurídica) que estão em busca de empréstimo para quitar suas dívidas, aumentar seu poder de consumo, comprar um imóvel, ampliar a capacidade produtiva do seu negócio, entre outros.

Para suprir as necessidades da população, as instituições bancárias atuam como intermediárias, captando o dinheiro poupado através de pagamento de juros e emprestando para os que estão em busca de crédito mediante a cobrança de juros e garantias de que receberão o valor concedido através de um contrato contendo as obrigações das partes envolvidas. Os bancos cumprem a função de intermediários, mas veremos que eles possuem uma participação muito maior, a de criadores de crédito.

#### **1.1.1 A moeda**

Para compreender o processo de criação e funcionamento do crédito, é imprescindível entender os elementos que constituem esse complexo sistema monetário. Em uma sociedade em que ocorre a troca direta, o indivíduo que deseja adquirir bem A mas que produz bem B precisa encontrar um produtor de bem A que almejasse o bem B para que a troca se concretizasse, ou seja, esse modelo de troca exigiria uma compatibilidade entre as necessidades e

satisfações de ambos os indivíduos. A troca direta só seria possível em uma sociedade onde não existe uma divisão específica do trabalho, o que não ocorre na economia capitalista atual.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e, portanto, sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (Marx, 1996, p. 219).

Segundo Marx (1996) trabalho humano é a substância social do valor e essa existência é mensurada pelo tempo, ou seja, tempo de trabalho. O mercado capitalista retira os aspectos específicos, e diferentes trabalhos são igualados, aparecendo o dinheiro. Dinheiro é a expressão do trabalho humano abstrato, do valor. Marx elucida a origem da forma dinheiro do valor como jamais outro pensador havia especificado. Dinheiro não é uma convenção social, não é facilitador, é uma necessidade de se expressar e quantificar o valor das mercadorias na sociedade em que vivemos e isso ocorre a partir do processo de circulação das mercadorias. O dinheiro se torna o meio de pagamento pelo trabalho despendido.

Entendendo a necessidade da criação do dinheiro, prosseguimos para compreender melhor as características primordiais de uma moeda. Na sociedade capitalista, a moeda é responsável por realizar as transações monetárias apresentando três funções específicas: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, sendo indispensável algumas características físicas como: divisibilidade da moeda, acessível manuseamento e entesouramento, possuir certo grau de complexidade impossibilitando fraude etc. (CARVALHO et al., 2007).

Ser meio de troca é o papel primário da moeda, pois possibilita a troca indireta, onde é possível o produtor vender sua mercadoria por moeda e conseqüentemente, comprar mercadoria com moeda. A unidade de conta é uma medida abstrata e é ela que torna o meio de troca uma medida concreta e aceita por todos. Sendo essa função a responsável por quantificar o valor. A última

função resultante é a de reserva de valor. Ao se obter a moeda, o seu detentor pode optar por entesourar esse recurso ao invés de utilizá-lo para comprar outros bens ou serviços. A possibilidade de acumular dinheiro deriva da existência de mercados à vista e mercados futuros. A função reserva de valor entra em desuso em economias que sofrem de hiperinflação já que o poder de compra é reduzido constantemente, sendo insustentável manter estoque de tal moeda. (CARVALHO et al., 2007).

Já o sistema monetário é formado pelo Banco Central e pelos bancos comerciais, sendo eles os encarregados pela criação de moeda em uma economia. O Banco Central é o responsável por gerar moeda escritural e os bancos comerciáveis pela criação de moeda escritural, sendo a primeira o papel moeda em poder do público e a segunda os depósitos à vista nos bancos comerciais.

### **1.1.2 Liquidez**

O conceito de liquidez se dá a qualquer ativo que pode ser convertido em moeda sem que seja despendido tempo ou qualquer taxa, sendo assim o ativo de maior liquidez na economia. Os ativos podem ser classificados de líquidos a ilíquidos, podendo variar o grau de liquidez como é o caso de um imóvel em comparação a depósitos à vista, o segundo possui maior liquidez diferente do primeiro que possui menor liquidez.

Os meios de pagamento (\*PMPP<sup>1</sup> + DVBC<sup>2</sup>) são ativos com plena liquidez, isto é, desempenham em sua plenitude a função reserva de valor e podem, em qualquer momento, liquidar dívidas estabelecidas em contratos formais ou obrigações advindas de transações realizadas em mercados à vista. Todo ativo que possui essas características especiais é considerado moeda. A liquidez, portanto, é o atributo que qualquer ativo possui, em maior ou menor grau, de (i) conservar valor ao longo tempo e (ii) ser capaz de liquidar dívidas. (Carvalho, 2007, p.18)

### **1.1.3 Criação do crédito**

O Banco Central concede somente aos bancos comerciais a possibilidade de criação de moeda escritural, ou seja, a criação do crédito. Os bancos comerciais captam depósitos à vista, se comprometendo a proteger os recursos, autorizando a retirada por parte dos possuintes e muitas vezes

oferecendo serviços como transferências e emissão de talão de cheques para realização de pagamento, gerando confiança e atraindo novos interessados, além de possibilitar que os bancos ofereçam esses serviços como forma de recompensa a seus clientes ao invés de compensá-los por meio de pagamento de taxas.

A fim de trazer maior confiabilidade para que os bancos cumpram com seus compromissos, eles reservam em caixa uma quantia disponível para eventuais saques que possam ser efetuados. Fica imposto a eles que seja mantido uma reserva compulsória de parcela dos valores depositados, assegurando os pagamentos caso ocorram volumosas retiradas por parte dos clientes. As reservas constituem o lado dos ativos no balanço, já os depósitos à vista e o patrimônio consistem nos passivos.

A criação de depósitos à vista pelos bancos nada mais é do que a multiplicação dos recursos que já estão em sua custódia. De maneira simplificada, o depósito recebido pela instituição vai ser emprestado para outro cliente, mas como visto, ele não pode emprestar o valor total sendo necessário retirar parte como depósito compulsório, restando o valor que será emprestado. O crédito que será alocado não será necessariamente papel-moeda, mas sim uma transação positiva para a conta do cliente na instituição bancária. Se o cliente não utilizar esse valor ou convertê-lo a papel-moeda, o mesmo crédito cedido pode ser emprestado novamente para uma outra pessoa pois o dinheiro ainda consta em caixa. Para que a cessão de crédito aconteça, o banco realiza uma operação contábil entre seus passivos e seus ativos, o depósito inicial integra o passivo, o empréstimo inicial forma o ativo e o novo empréstimo entram como depósito, caso continue no mesmo banco, tornando o balanço equilibrado. (CARVALHO et al., 2007).

#### **1.1.4 Taxa de juros e oferta de crédito**

É no mercado monetário que a taxa de juros é determinada, principalmente ligada ao mercado de crédito. A taxa de juros é responsável por estabelecer o valor que será remunerado para aqueles que emprestam ou cobrado para aqueles que precisam de crédito. O banco responsabiliza-se do papel de intermediário, assumindo os riscos ocasionais provindo das operações

realizadas e portando cobra uma taxa de juros maior do tomador de crédito e paga uma taxa menor ao captar o recurso.

“A taxa de juros não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster -se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível.” (p. 175)

Para Keynes em *Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda*, a taxa de juros é determinada com a preferência pela liquidez e a oferta de moeda, portanto, a taxa de juros é a recompensa por renunciar o ativo que possui maior liquidez, a moeda, e as políticas monetárias adotadas para regulação da oferta de moeda.

### **1.1.5 Os riscos**

Para realizar essas intermediações e determinar quem está apto para receber os empréstimos, as instituições financeiras realizam uma série de análises no perfil de cada tomador avaliando seu histórico para definir os riscos envolvidos em cada operação. Essa análise é fundamental para o bom funcionamento das instituições já que possibilita entender se o tomador do empréstimo apresenta alto ou baixo risco, isto é, se ele será capaz de honrar suas dívidas ao fim do período determinado.

### **1.1.6 Investimento, poupança e crédito**

Os economistas clássicos relacionam a poupança e o investimento como sendo uma consequência direta um do outro, portanto, não existe investimento se as pessoas não se absterem de consumir para pouparem. Pressupõe-se então que só existe um único ponto de equilíbrio. O economista sueco Knut Wicksell em sua teoria dos fundos emprestáveis. A taxa de juros denominada “taxa natural de juros” por Wicksell é determinando a oferta de títulos por parte das empresas e a demanda por parte dos consumidores, ou seja, poupança e investimento na economia acrescentando os bancos por serem capazes de produzir e emprestar dinheiro.

Keynes em a *Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda*, contrapõe a definição de que a poupança resulta no investimento. A taxa de juros na sua concepção é o prêmio por se abdicar da liquidez, ou seja, do ativo monetário. A

incerteza da futura taxa de juros é a responsável por definir as preferências pela liquidez. A poupança antecede o investimento, mas não é sua única condição, exemplificando como as incertezas interferem na forma como o dinheiro é poupado ou investido em um mercado capitalista.

Analisando pela face do investimento, o único requisito são os meios de pagamentos necessários e como captá-los, podendo ser através de poupança já acumulada ou criação de moeda pelos bancos comerciais, aparecendo então o termo “*finance*”, sendo esse dinheiro considerado uma extensão da renda, conseqüentemente da própria poupança. A poupança é fundamental para o investimento apesar de não ser a única condição para tal, ressaltando que os investimentos possuem duração de médio e longo prazo.

## **1.2 Impactos do crédito no desenvolvimento econômico**

Uma concepção relevante acerca da importância do crédito no desenvolvimento econômico no estado capitalista é trazida pelo economista da escola austríaca e importante revisor do pensamento econômico de seu período, Schumpeter. Ele buscou um raciocínio econômico voltado para a ciência exata, configurando a economia exata, com expressões quantitativas. Em sua teoria, o austríaco atribuiu ao crédito, uma responsabilidade fundamental no crescimento econômico, como apresentado em seu livro “Teoria do desenvolvimento econômico”:

Primeiro devemos provar a afirmativa, estranha à primeira vista, de que ninguém além do empreendedor necessita de crédito; ou o corolário, aparentemente me nos estranhos, de que o crédito serve ao desenvolvimento industrial. Já demonstramos que o empreendedor, em princípio e como regra, necessita de crédito - entendido como uma transferência temporária de poder de compra-, a fim de produzir e se tornar capaz de executar novas combinações de fatores para *tornar-se* empreendedor. (SCHUMPETER, 1978. p. 63)

Portanto, é possível compreender que na concepção do economista, o desenvolvimento é impossível sem o crédito, este adquirindo um papel de impedidor de uma economia desenvolvimentista quando escasso, o nomeando como um “agente especial”, possuindo também um papel essencial no financiamento da inovação e conseqüentemente do desenvolvimento industrial, caracterizando sua teoria basicamente como um modelo de industrialização.

Nesse modelo, o economista evidencia um fluxo circular, em que o crédito foi necessário para empresas antigas e continuará a ter esse papel. De acordo com Schumpeter (1997, p. 111):

Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera neste sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobr

e os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia sugerir a partir de um mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito.

Esse fluxo circular em equilíbrio perfeito citado, que é responsável pelo êxito do desenvolvimento econômico, é inteiramente apoiado na concessão de crédito, sendo o principal motivo para que uma economia possa funcionar e se desenvolver, trazendo assim, benefícios para o crescimento econômico saudável e recorrente de uma nação.

## **Capítulo 2: A expansão do crédito no Brasil**

Esse capítulo tem como objetivo analisar as políticas de crédito adotadas durante as duas gestões do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a fim de gerar crescimento econômico para o país, contudo sem se abster dos acordos de superávit fiscal e controle inflacionário. O capítulo será dividido em quatro partes, nas quais serão apresentadas inicialmente um breve contexto histórico do primeiro governo Lula assim como as iniciativas econômicas utilizadas no período. Em seguida, será apresentada a ruptura para com a teoria ortodoxa adotada no primeiro mandato do Presidente Lula bem como o foco no desenvolvimento econômico e social da população. Em continuidade, a apresentação de dados referentes a expansão do mercado de crédito com enfoque no crédito pessoal.

### **2.1. Pós plano real e o governo Lula**

Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi concretizado e estabelecido o Plano Real, tendo como propósito a redução da hiperinflação que assombrava o país através da implementação do tripé econômico – metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. O governo adotou a estabilização econômica e a austeridade fiscal como princípios a serem alcançados.

Embora tenha conseguido combater a inflação e ter criado uma moeda livre da indexação, ao fim de seu mandato, o país encontrava-se endividado e com riscos de não cumprir com os seus acordos, afetando assim a credibilidade do país e afugentando o capital estrangeiro. Somando-se os pontos mencionados anteriormente há acontecimentos mundiais como a contração da liquidez, a crise na Argentina e ao atentado de 11 de setembro de 2001, a taxa de câmbio brasileira foi altamente impactada sofrendo desvalorização e chegando a atingir R\$ 3,89 por US\$ no período.

Partindo desse contexto histórico, em 2003, o candidato a Presidência do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito, provocando incertezas em relação ao seu empenho em manter o que havia sido realizado no governo anterior, uma vez que ele deixava claro sua discordância

às políticas ortodoxas vigentes. Entretanto, o Presidente Lula inicialmente optou por seguir políticas ortodoxas alinhadas com a de seu antecessor, ressaltando o compromisso com a redução das metas inflacionárias, diminuição da dívida pública, aumento da taxa de juros Selic e cortes de gasto, com o objetivo fiscal de alcançar o superávit primário exigido pelo FMI durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. (GIAMBIAGI, 2011)

Após ter sido retratado o contexto econômico e político do período, será demonstrado a seguir algumas das iniciativas elaboradas pelo governo para melhor entendimento do curso da expansão do crédito, visto que, as políticas sociais foram primordiais para esse avanço, como veremos à frente.

Apesar das políticas de contenção de gastos, o governo inaugurou a partir de 2003 uma série de iniciativas para reduzir a pobreza e a desigualdade no país através da democratização do crédito para a população de baixa renda e para microempreendedores, além disso aprimorou as políticas de transferências de renda diretas. Em suma, gerando inclusão social e crescimento econômico através do efeito multiplicador com a formação de renda e trabalho formal.

O programa Fome Zero lançado em janeiro de 2003, sendo transformado no Bolsa Família nos anos seguintes, levando renda para 8,7 milhões de famílias em 2005 e ampliado esses números no segundo mandato. O programa foi responsável por unificar os programas já existente de transferência de renda sendo eles, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-gás e Programa Nacional de Acesso à Alimentação. O intuito da unificação foi facilitar e ampliar o acesso das famílias ao programa.

Criado também em 2003, o Programa de Conta Simplificada foi um passo importante para o acesso da população de baixa renda ao crédito e as instituições bancárias, permitindo a criação de conta corrente sem grandes exigências e burocracias, como a não exigência de comprovação de renda e endereço, além de abertura gratuita. Apesar das facilidades de isenção tarifária e de comprovação de renda, foram definidas algumas contrapartes como a determinação de um limite máximo de saldo e de depósitos de R\$1 mil. O número de pessoas com acesso a conta simplificada passou de 70 milhões em

2003 para 115 milhões em 2010.

Outra iniciativa importante foi o Programa de Microcrédito que pode ser definido segundo Barone (2002) como a concessão de pequenos empréstimos para microempreendedores formais ou informais que não possuem acesso ao crédito disponível no mercado. Apresentada em junho de 2003, a Resolução nº 3.109 estipulou algumas mudanças importantes entre elas, a retenção de um percentual de 2% da média diária dos depósitos à vista do mercado financeiro para destinação ao microcrédito cobrando taxas de 2% a 4% ao mês sendo importante para estimular o microcrédito. Embora tenham ocorrido mudanças, o acesso ao microcrédito ainda era escasso sendo necessário uma reformulação no programa.

Outro foco do governo Lula foram as Cooperativas de crédito que são entidades sem fins lucrativos que possuem como propósito a distribuição de crédito mais acessível e menos burocrático para a população.

Posteriormente foram iniciadas duas reformas financeiras importantes para a expansão do crédito, a criação do crédito consignado e a Lei de Falências em 2004. O crédito consignado visava as famílias, sendo descontado na folha de pagamento. Os aposentados e servidores públicos também puderam adquirir o empréstimo. A grande diferença desse tipo de crédito dos demais está associado a taxa de juros flexível e o baixíssimo risco de inadimplência já que a garantia era o próprio salário, pensão ou aposentadoria. Em seguida, focando nas empresas, a Lei de Falência auxiliou na obtenção de empréstimos para as empresas em casos de problemas financeiros. (BARBOSA, 2013)

O acordo com o FMI foi renovado em 2004, reafirmando o compromisso com as metas fiscais. A performance da economia brasileira foi favorecida pelas medidas adotadas, mas foi o progresso da economia mundial estimulado pela China, um dos grandes responsáveis pelos resultados, impactando diretamente as taxas de câmbio com a ampla liquidez dos mercados financeiros.

É importante ressaltar, no entanto, que a distribuição de crédito e renda, e por consequência o aumento do consumo, é ineficaz se a produção não for estimulada para conseguir atender esse novo padrão de consumo assim como

gerar mais empregos e renda. Para tentar evitar que isso acontecesse e reestruturar o Programa de Microcrédito, o governo iniciou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) em 2005 que passou por mudanças no segundo mandato.

Como mostrado no início do capítulo, o Brasil enfrentava um momento de intensa desvalorização cambial e conseqüentemente aceleração da inflação no início do governo Lula, obrigando o Banco Central a aumentar a taxa de juros no país para conter os avanços e reiterar os compromissos estabelecidos. Em 2004, a taxa de câmbio sofreu uma elevação e a inflação caiu para 7,6%, permitindo que a taxa de juros fosse reduzida e o consumo fosse estimulado, entretanto, a taxa de juros voltou a subir no segundo semestre de 2004 devido à expectativa inflacionária de 2005. O governo utilizava rigorosamente a taxa de juros para combater o aumento da inflação através do controle da demanda agregada, após esse período as políticas expansionistas do segundo governo entraram em ação, possibilitando maiores deslocamentos da taxa de juros sem afetar as metas de inflação e abrindo espaço para o crescimento do mercado de crédito.

a política monetária ao mesmo tempo em que elevou a taxa de juros para controlar a inflação expandiu o crédito e, portanto, aumentando o consumo, de modo que essa expansão do crédito permitiu questionar a variação da taxa de juros como um indicador suficiente da política monetária.” (SILVA, ano, pg. 3)

As críticas ao governo cresciam em decorrência da postura adotada pelo Presidente vinda de apoiadores do PT como também daqueles que acreditam que as políticas em curso desde o governo de FHC não seriam suficientes para promover crescimento econômico, portanto, seria necessária uma ruptura com as políticas obsoletas. (MORAIS ET FILHO, 2011)

Quando foi eleito em 2002, uma das preocupações dava-se pelo fato de se tratar de um candidato populista, mas que ao assumir o poder admitiu certas narrativas em prol das exigências necessárias daquele momento econômico. O segundo mandato de Lula (2007-2010) foi caracterizado por certas mudanças em relação as políticas contracionistas adotadas, sendo elas o aumento real do salário-mínimo, implementação de programas focados na transferência de renda

priorizando as populações mais carentes e a expansão do crédito. (TEIXEIRA ET PINTO, 2012)

## **2.2 O segundo mandato Lula - a nova política econômica**

Em 2006 ocorreram as novas eleições presidenciais e o atual Presidente Luís Inácio Lula da Silva permaneceu no cargo juntamente com o então vice-presidente José Alencar, sendo reeleitos para o segundo mandato com mais de 60% dos votos.

Como vimos, novas medidas eram necessárias para encaminhar o país para o crescimento econômico, por meio de uma nova abordagem. Dessa forma, a partir de 2006, são implementadas medidas focadas no “novo-desenvolvimentismo”. É importante, no entanto, destacar que a aplicação de políticas econômicas baseadas no desenvolvimentismo não significou uma descontinuação das políticas neoliberais já praticadas, compreendendo assim, a chamada política “híbrida”, isto é, os compromissos com os superávits primários permaneciam, mas agora com estratégias que permitissem o aumento dos gastos do governo, políticas socioeconômicas e maior intervenção do Estado na economia, resultando na então “inflexão” da política. (MORAIS ET FILHO, 2011)

A característica mais importante desta recuperação, no entanto, não foram os valores, mas, sim, seus motores e consequências. Se a forte demanda externa puxou a economia em 2002 e 2003, a contribuição da demanda doméstica para o crescimento do PIB tornou-se predominante de 2004 em diante. Considerados os baixos níveis de investimento que ainda persistem (no auge dos últimos anos, chegou a apenas 19,5% do PIB em 2010), o principal componente deste dinamismo é o consumo. É aqui que reside a grande novidade na história brasileira: a ampliação consistente do mercado de consumo como estimulador da atividade econômica. (MORAIS e FILHO, 2011, pg. 275)

Segundo Biancarelli (2014), foram vários os fatores que permitiram as transformações vistas durante o governo Lula. O estímulo ao consumo foi o fator utilizado na tentativa de gerar crescimento econômico. As políticas contracionistas deram espaço para políticas voltadas ao desenvolvimento social, como as políticas de transferência de renda através do programa de Bolsa Família que sofreu um aumento do valor cedido, assim como aumento das pessoas beneficiadas, como veremos mais a frente.

Consoante Pochmann (2013), foram quatro pressupostos que sustentaram as mudanças sociais vistas no segundo mandato do Presidente Lula. O primeiro pressuposto foi justamente romper com a política anterior para gerar crescimento econômico e social. O segundo pressuposto está no foco em ampliar as políticas sociais como o aumento real do salário-mínimo e políticas de ampliação da renda. O terceiro pressuposto está na adoção de medidas para fortalecer o desenvolvimento produtivo interno e a geração de empregos. O quarto pressuposto é definido pela posição do Brasil em relação ao resto do mundo, passando de devedor para credor internacional.

Em 2007 foi apresentado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC engloba um conjunto de medidas destinadas a desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal, promovendo o crescimento acelerado do país com diminuição das desigualdades de renda e entre regiões, preservando, entretanto, o equilíbrio fiscal e monetário e reduzindo a dívida e a vulnerabilidade externa. No discurso em que anunciou o Programa, o presidente da República fez questão de mencionar que o PAC se ampliaria e desdobraria em várias etapas, mas que inicialmente abarcaria cinco blocos: medidas de investimento em infraestrutura, inclusive de infraestrutura social, como habitação, saneamento básico e transporte de massa, além de determinados programas de água e eletricidade, como o Luz para Todos, que representam, de forma direta, melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda; medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; medidas de desenvolvimento institucional; medidas de desoneração e administração tributária; e medidas fiscais de longo prazo. (MORAES, 2009)

Tendo como objetivo o desenvolvimento econômico, o PAC apoiou novas faces como investimento público para a infraestrutura, suporte para a formação de capital do setor privado e desonerações fiscais. O Simples Nacional foi uma criação do PAC, sendo um tributo unificado destinado a pequenas empresas com o intuito de reduzir e simplificar as tributações para estimular a legitimidade das empresas e por consequência, dos empregos por elas formados. Essa desoneração contribuiu para a criação e formalização de trabalho.

Outro programa implementado para fortalecer a renda da população foi o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), focando na população idosa com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, garantindo um

salário mínimo para assegurar a renda daqueles que não a possuíam, através de transferência direta. O salário-mínimo também foi um importante fator, vigente desde 1930 sofreu grandes modificações durante o período, tendo sido estabelecido em 2006 um aumento anual conforme a taxa de inflação do ano anterior e o crescimento do PIB de até dois anos anteriores.

**TABELA 1- inflação, taxa de juros, taxa de desemprego, taxa de crescimento do PIB e variação da taxa de câmbio nominal (%): Brasil, 2003-2010**

Ano	Taxa de Inflação efetiva IPCA	Taxa de Juros nominal média	Selic fim de período	Taxa de Juros real média	Taxa de variação média do Câmbio nominal	Taxa de Desemprego	Taxa de crescimento do PIB
2003	9,30	23,53	16,50	13,02	5,38	10,9	1,15
2004	7,60	16,38	17,75	8,16	-4,95	9,6	5,71
2005	5,69	19,13	18,00	12,72	-16,77	8,3	3,16
2006	3,14	15,33	13,25	11,82	-10,64	8,4	3,96
2007	4,46	12,05	11,25	7,25	-10,49	7,4	6,09
2008	5,90	12,45	13,75	6,18	-5,82	6,8	5,17
2009	4,31	10,15	8,75	5,60	8,89	6,8	-0,33
2010	5,91	9,89	10,75	3,76	-11,88	5,3	7,53

FONTE: BCB, SILVA (2017)

Analisando a Tabela 1, nota-se que a taxa de desemprego está em 10,9% em 2003 e reduz praticamente a metade, chegando em 5,3% em 2010. Essa redução se deu pelas políticas sociais e de incentivo ao crescimento econômico. A queda da taxa de desemprego e a criação de empregos formais também contribuíram para o crescimento visto no período. A taxa de juros é outro indicador a ser observado, em 2002 temos a redução para 5,94% seguido pelo aumento para 12,72% em 2005 em resposta da inflação esperada e posteriormente caindo, como vemos em 2010 com a taxa de juros em 3,76%.

É possível identificar na tabela a desaceleração do crescimento econômico iniciado em 2008 devido a crise internacional ocasionada pela quebra da bolsa de valores dos EUA. A taxa de crescimento do PIB caiu de 6,09% em 2007 para 5,17% em 2008 e recaíndo para -0,33% em 2009. A inflação média de 2006 a 2008 foi de 4,5% ao ano sendo exatamente a meta estabelecida pelo governo e representando um valor menor do que o dos anos anteriores.

Para enfrentar os efeitos da crise internacional no país, o governo Lula adotou uma série de medidas expansionistas em todos os âmbitos econômicos. A oferta de crédito sofreu redução no período pois grande parte da captação vinha de fora do país então como medida de combate, o governo aumentou a liquidez e reduziu a taxa Selic de 13,75% em 2008 para 8,75% em 2009. Em relação aos gastos do governo com programas sociais e econômicos como o programa Bolsa Família e PAC permaneceram inalterados apesar da redução da receita. Outra medida utilizada para manter o crescimento econômico foi a utilização e desonerações tributárias.

Como medida de enfrentamento a crise, o governo inaugurou o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) com o intuito de promover o acesso a moradia para as famílias de baixa renda e reduzir o déficit habitacional. É possível observar diferentes propósitos vindo do MCMV como o social focada no bem-estar da população ao criar habitação acessível para quem não poderia adquirir de outra forma. A outra intenção esta relacionada a criação e geração de empregos visto que o setor de construção civil precisa de muita mão-de-obra e que não demanda de muita especialização. (BARBOSA, 2013)

As medidas resultaram em um aumento do crescimento econômico mesmo em meio a uma crise internacional. Como vemos na tabela 1, a taxa de crescimento do PIB chegou em 7,5% em 2010 representando uma recuperação média de 3,3% entre 2009 e 2010.

Essas ferramentas foram fundamentais para expandir a renda da população, chegando na explosão da oferta de crédito. O aumento da renda por consequência do aumento dos salários e redução do desemprego, a redução da taxa de juros, maior estabilidade econômica contribuiu para a expansão do crédito através da redução dos custos das operações e gerando crescimento do PIB. Mais a frente analisaremos as áreas para o qual o crédito foi direcionado enfatizando o crédito pessoal.

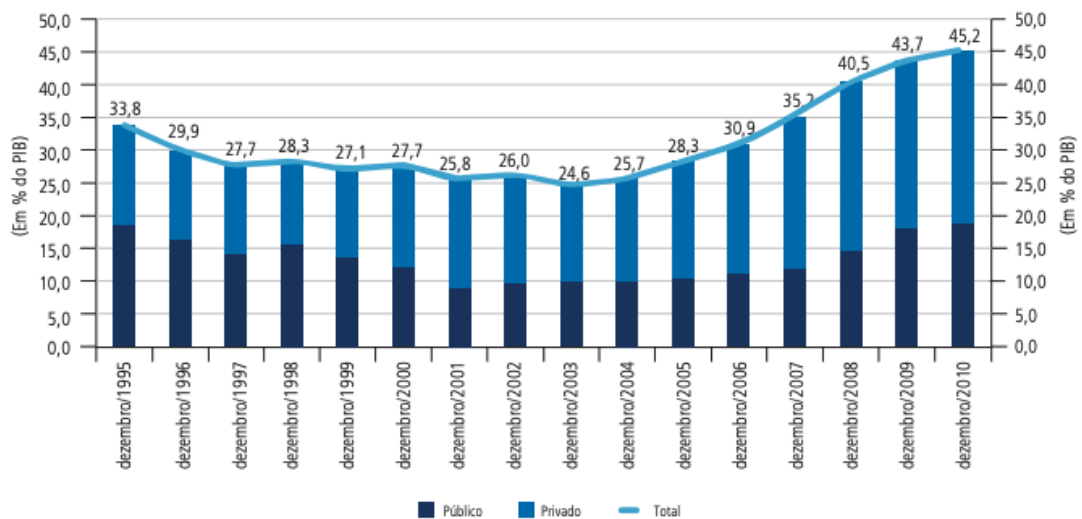
### **2.3 O crédito**

O governo Lula utilizou o crédito como uma ferramenta de crescimento econômico através da inclusão bancária de milhares de pessoas que não

possuíam acesso e de pequenos empreendedores formais ou informais.

O crédito disponível na economia brasileira se comparado aos demais países era relativamente baixo, sofrendo significativa mudança a partir de 2004 e seguiu crescendo mesmo após a crise internacional de 2008. Como mostra o Gráfico 1, o crédito cedido elevou-se de 24,6% em 2003 para 45,2% do PIB em 2010, viabilizado para pessoas físicas e jurídicas, permitindo assim o acesso de pessoas de baixa renda que antes eram excluídas do sistema financeiro.

**Gráfico1- Evolução do crédito por controle de capital (1995-2010)**



FONTE: BCB, MORA 2015.

A disponibilidade foi mais abundante no crédito livre total passando de 16,2% em 2002 para 29,6% do PIB em relação ao crédito direcionado de 9,7% em 2002 para 16,6% do PIB em 2010 como mostra a Tabela 2. Importante ressaltar que a elevação da oferta ocorreu fortemente em ambos. O crescimento ocorreu para pessoa física e pessoa jurídica, porém sendo mais expressivo para física até 2008 quando ocorre o aumento do Imposto sobre Operações financeiras (IOF) e a redução dos limites de desconto dos aposentados e pensionistas.

O crédito livre a pessoa física se deu principalmente através do crédito consignado. Adotado em 2003, o crédito consignado permitiu que trabalhadores

e aposentados tivessem acesso as linhas de crédito, mas com taxas de juros mais baixas.

A oferta de crédito se iniciou por meio de bancos privados em decorrência das elevadas taxas de juros, mas após a crise de 2008 a oferta de crédito foi se reduzindo, sendo assegurado pelo governo através dos bancos federais com a finalidade de impedir uma crise sistêmica. O crédito ofertado pelos bancos públicos passou de 14,7% em 2008 para 18,9% em 2010.

**Tabela 2 - função do crédito livre direcionado por pessoa física e jurídica no Brasil (2002-2010) (Em % do PIB)**

Período	Distribuição percentual				% do PIB			
	Público	Privado nacional	Privado estrangeiro	Total	Público	Privado nacional	Privado estrangeiro	Total
2003	40	39	21	100	9,8	9,5	5,3	24,6
2004	39	40	22	100	9,9	10,2	5,6	25,7
2005	37	41	22	100	10,4	11,5	6,3	28,3
2006	37	41	22	100	11,3	12,8	6,8	30,9
2007	34	44	22	100	12,0	15,4	7,8	35,2
2008	36	43	21	100	14,7	17,3	8,5	40,5
2009	42	40	18	100	18,1	17,5	8,0	43,7
2010	42	41	17	100	18,9	18,4	7,9	45,2

FONTE: BCB, MORA 2015.

**Tabela 3 – Operações de crédito do sistema financeiro (2003-2010)**

	Recursos livres			Recursos direcionados			Total		Crédito total
	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	Total	Pessoas físicas	Pessoas jurídicas	
Dez./2002	6,12	10,13	16,25	3,21	6,55	9,76	9,33	16,68	26,01
Dez./2003	5,94	9,10	15,04	3,43	6,14	9,57	9,37	15,24	24,60
Dez./2004	7,14	9,24	16,37	3,37	5,94	9,31	10,51	15,18	25,69
Dez./2005	8,88	9,92	18,80	3,41	6,06	9,47	12,29	15,98	28,27
Dez./2006	10,04	10,99	21,03	3,75	6,14	9,89	13,79	17,12	30,92
Dez./2007	11,93	12,90	24,83	4,05	6,29	10,34	15,98	19,18	35,17
Dez./2008	13,00	15,73	28,73	4,55	7,19	11,74	17,56	22,92	40,48
Dez./2009	14,50	14,96	29,47	5,13	9,07	14,19	19,63	24,03	43,66
Dez./2010	14,85	14,75	29,60	5,79	9,86	15,64	20,64	24,61	45,25

FONTE: BCB, MORA 2015.

### 2.3.1 A evolução do crédito pessoal e o novo padrão de consumo

Como visto, a oferta de crédito se expandiu em diversos setores, mas é importante destacarmos o avanço das operações de crédito com recursos livres e seus respectivos cursos, focando nos que são cedidas as pessoas físicas. Algumas modalidades de crédito destinadas as pessoas físicas que apresentaram elevado crescimento foram: crédito pessoal especificamente o consignado, financiamento imobiliário, aquisição de bens e cartão de crédito.

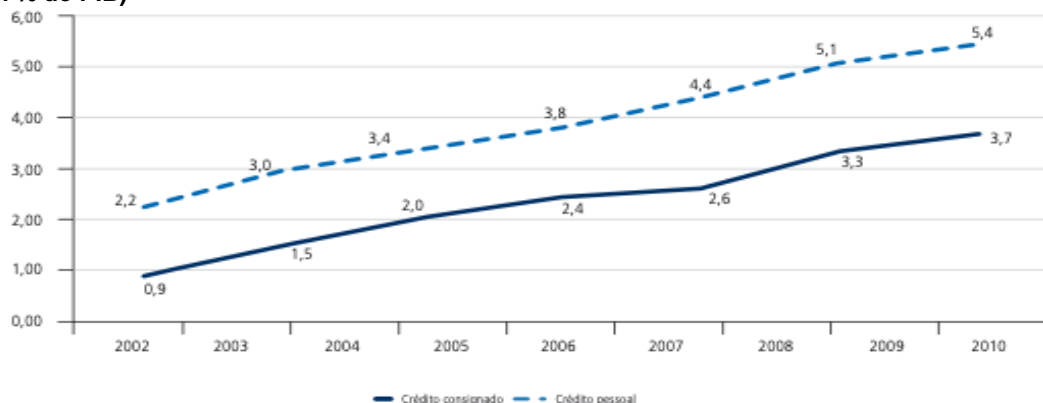
**Tabela 4 – Evolução do crédito com recursos livres-pessoa física (dez./2003-dez./2010)**

	Pessoa física – taxa de juros referencial														Total
	Cheque especial	Crédito pessoal			Cartão de crédito	Financiamento imobiliário	Aquisição de bens			Outros	Total	Cooperativas	Leasing	Outros	
		Consignado	Exceto consignado	Total			Veículos	Outros	Total						
2003	0,5	0,0	1,8	1,8	0,4	0,1	1,8	0,3	2,1	0,3	5,2	0,3	0,1	0,4	<b>5,9</b>
2004	0,5	0,9	1,4	2,2	0,4	0,1	2,0	0,4	2,3	0,3	5,8	0,4	0,2	0,7	<b>7,1</b>
2005	0,5	1,5	1,5	3,0	0,5	0,0	2,4	0,5	2,8	0,4	7,2	0,4	0,4	0,9	<b>8,9</b>
2006	0,5	2,0	1,3	3,4	0,6	0,1	2,7	0,5	3,1	0,5	8,1	0,4	0,6	0,9	<b>10,0</b>
2007	0,5	2,4	1,4	3,8	0,6	0,1	3,1	0,5	3,5	0,5	9,0	0,5	1,1	1,3	<b>11,9</b>
2008	0,5	2,6	1,8	4,4	0,7	0,1	2,7	0,4	3,1	0,3	9,2	0,6	1,9	1,4	<b>13,0</b>
2009	0,5	3,3	1,7	5,1	0,8	0,1	2,9	0,3	3,2	0,3	10,0	0,7	1,9	1,9	<b>14,5</b>
2010	0,4	3,7	1,8	5,4	0,8	0,2	3,7	0,3	4,0	0,2	11,1	0,7	1,2	1,9	<b>14,9</b>

FONTE: BCB, MORA 2015.

Com a captação de crédito mais acessível e com taxas reduzidas, era possível adquirir um empréstimo de diversas maneiras. Ao se analisar o crédito pessoal é necessário ressaltar a modalidade de crédito consignado. Criado em 2003, o crédito consignado permitia que a pessoa descontasse as parcelas em sua folha de pagamento, o que reduziu os custos, alongou os prazos de pagamento e reduziu a inadimplência.

**GRÁFICO 2 - Evolução do crédito pessoal e do consignado (dez./2004-dez./2010) (Em % do PIB)**



Fonte: BCB, MORA, 2015.

Vemos no gráfico 2 que o crédito consignando manteve-se crescente desde sua criação até além de 2010. Essa modalidade apresentou diversos pontos que ocasionaram a sua grande expansão, como seu baixo risco de inadimplência que gerava interesse dos credores que passavam a oferecer com prazos maiores e taxas mais baixas a fim de atrair os tomadores de crédito. O crédito consignado passou de 1,5% em 2004, ano em que foi implementado, para 3,7% em 2010.

As operações de crédito para aquisição e bens tiveram grande aumento, especialmente a de veículos passou de 1,8% em 2002 para 3,7% em 2008. Esse fenômeno se deu pela redução das taxas de juros e aumentos dos prazos cedidos ao tomador, passando de 400 dias em média de 2003 para 550 dias em 2010. As mudanças na legislação sobre a alienação fiduciária assim como a própria expansão do crédito para pessoas físicas, favoreceram esse aumento na produção e aquisição de veículos e tornaram as operações mais seguras e com menores riscos de inadimplência. O cartão de crédito foi uma modalidade que apresentou elevações, passando de 0,4% em 2002 para 0,8% em 2010. Entretanto, é importante frisar que o cartão de crédito possui um curtíssimo prazo de pagamento e taxas altíssimas, somado a facilidade ao acesso dessa modalidade de crédito, tem-se uma elevada taxa de inadimplência e pessoas endividadas.

**Tabela 5 – Operações de crédito do sistema financeiro: setor imobiliário e habitacional (2003-2010)**

(Em % do PIB)

Mês	Pessoa jurídica <sup>1</sup>					Pessoa física			Total
	Incorporação de imóveis	Construção de imóveis	Construção – outros	Administração de imóveis	Total	Direcionados	Referencial para taxa de juros	Total	
Dez./2003						1,39	0,08	1,47	<b>1,47</b>
Dez./2004	0,10	0,16	0,03	0,07	0,35	1,28	0,06	1,34	<b>1,69</b>
Dez./2005	0,11	0,17	0,04	0,06	0,38	1,34	0,04	1,39	<b>1,77</b>
Dez./2006	0,14	0,21	0,06	0,07	0,47	1,49	0,05	1,54	<b>2,01</b>
Dez./2007	0,21	0,26	0,07	0,12	0,66	1,65	0,09	1,74	<b>2,40</b>
Dez./2008	0,40	0,33	0,08	0,14	0,95	2,01	0,12	2,12	<b>3,07</b>
Dez./2009	0,49	0,38	0,08	0,16	1,11	2,77	0,14	2,91	<b>4,02</b>
Dez./2010	0,56	0,47	0,10	0,20	1,33	3,58	0,20	3,77	<b>5,10</b>

Como apresentado anteriormente, o combate ao déficit habitacional foi um dos pontos abordados pelo Governo do Presidente Lula e é possível observar na tabela 5 que o crédito no setor habitacional para pessoa física cresceu consideravelmente, passando de 1,34% do PIB em 2003 para 3,77% no final do segundo mandato do Lula. Esse aumento ocorreu devido as políticas anticíclicas adotadas pelo governo através do incentivo ao setor imobiliário. A alta dos salários e empregos formais e conseqüentemente da renda também contribuíram para esse cenário favorável a aquisição de imóveis, assim como a as mudanças na alienação fiduciária.

Em suma, vimos que a disponibilidade de crédito foi fundamental para estimular o acesso ao consumo, principalmente o das pessoas de baixa renda. Entretanto, é necessário analisar os impactos no endividamento dessas famílias ao tomarem esses empréstimos, assim como a possibilidade de pagamento das dívidas contraídas. No próximo capítulo serão apresentadas as conseqüências da crescente oferta de crédito destinada a população de baixa renda e seus impactos na atualidade.

### **Capítulo 3: Impacto do crédito no endividamento das famílias**

Sucedendo será apresentado o novo padrão de consumo das famílias. Prosseguindo para uma análise da ascensão da classe C, reconhecida como a “nova classe média”. E por fim, uma breve avaliação dos impactos no real endividamento e inadimplência das famílias.

#### **3.1 Novo padrão de consumo**

Segundo Sicsú (2019), o governo do Presidente Lula é frequentemente intitulado como sendo a “era do consumo” e do imenso endividamento das famílias, mas para ele, esses termos seriam incorretos para retratar o período, considerando o uso de “a era dos investimentos” como terminologia mais próxima do correto. Entretanto é nítido que a segunda metade da década de 2000 foi marcada por uma explosão do consumo e suas causas, como apresentado ao longo do trabalho, foram diversas como o a expansão do crédito à pessoa física em específico o crédito consignado, a valorização do salário real, a inclusão bancária e aos programas de transferência de renda, como o bolsa família. Essas medidas foram essenciais para fomentar o consumo em diferentes regiões e classes sociais.

O governo utilizou o estímulo a demanda interna, em específico o aumento do consumo, como modelo de crescimento econômico. O aumento ao consumo, por consequência, ocasionou o aumento de investimento, tornando-se símbolo do segundo governo Lula. Entre 2003 e 2010, o PIB obtém um salto de 1,1% em 2003 para 7,5% em 2010. O crescimento também ocorreu no investimento, que passa de -4% em 2003 para 17,9% em 2010, quase 3 vezes o observado no PIB. O consumo obteve grande aceleração no mesmo período, passando de -0,5% em 2003 para 6,2% em 2010.

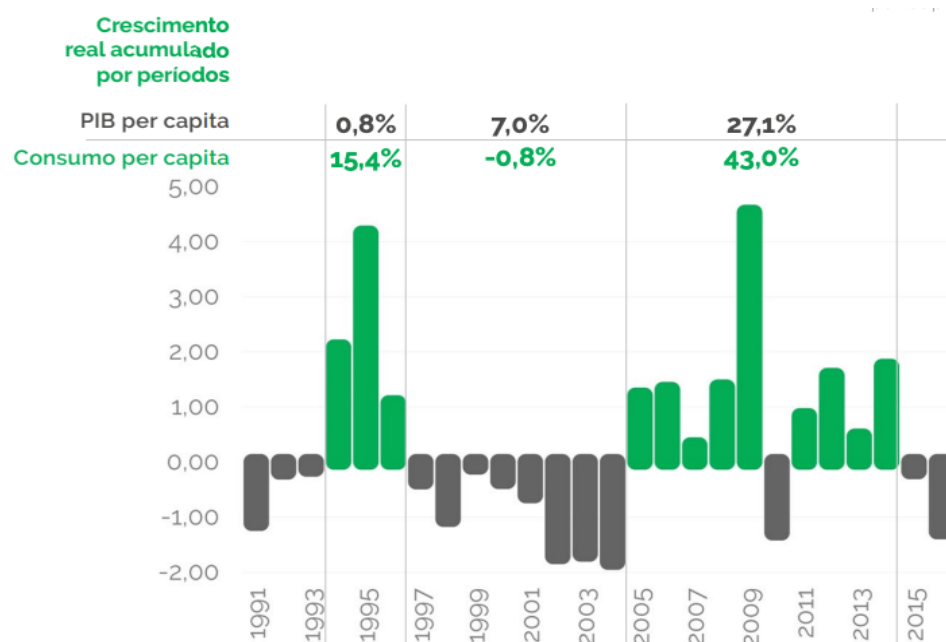
**Tabela 6: Taxa de crescimento real do produto, do investimento e do consumo das famílias – em variação % (2003 a 2010)**

Variáveis/Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	1,1	5,8	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4,0
Investimento (FBCF)	-4	8,5	2	6,7	12	12,3	-2,1	17,9	6,8
Consumo das famílias	-0,5	3,9	4,4	5,3	6,4	6,5	4,5	6,2	5,0

FONTE: IBGE, Sicsú, 2019

Relacionando o consumo com a renda média anual, temos um elevado crescimento em termos reais de 27,1% do PIB per capita, mas um aumento superior do consumo de 43%, isto é, apesar de ter ocorrido um grande aumento da renda, o consumo ultrapassou esse crescimento. Com melhores condições socioeconômicas, as famílias passaram a consumir mais produtos e serviços, como alimentos de melhor qualidade e a adquirir eletrodomésticos e automóveis que antes eram considerados bens de luxo.

**Gráfico 3 - Diferencial de crescimento real anual entre consumo per capita e PIB per capita (1991-2015), Em pontos percentuais de crescimento**



FONTE: IBGE – FECOMERCIO RS

### **3.2 Mobilidade social e classe média**

As políticas de expansão do crédito, aumento de renda e empregos formais, bem como as políticas sociais e estabilidade econômica fomentaram além do aumento de consumo, a evolução da renda da classe média. Todavia, é necessário salientar que esses fatores foram possíveis devido a estabilidade de preços e o próspero ciclo de crescimento econômico mundial (FECOMERCIO SP, 2012).

Na tabela 7, é possível observar as diversas classes econômicas em 2003 e em 2009. Em 2003, a participação de famílias na classe E, que abrange a população mais pobre, era de 30%, isto é, aproximadamente 14 milhões de famílias e em 2009 essa participação foi reduzida para 22%, aproximadamente 12 milhões de famílias. A classe C - considerada a nova classe média -, possui em 2003 uma participação de 39%, crescendo expressivamente chegando a 52% em 2009. Observa-se uma mudança no padrão de distribuição de renda com a ascensão de famílias para a classe média.

Tabela 7: Critério de enquadramento das classes de renda

		GERAL	CLASSE E	CLASSE D	CLASSE C	CLASSE B	CLASSE A
2009	Classe de rendimento (R\$)		até 920	920-1.380	1.380-6.900	6.900-11.500	11.500+
	Rendimento médio (R\$)	2.928	599	1.135	2.857	8.323	17.961
	Número de famílias	57.816.604	12.503.385	10.069.184	30.044.259	2.994.837	2.204.938
	Part. % Famílias	100%	22%	17%	52%	5%	4%
	Rendimento Total Mensal (R\$)	169.293.617.443	7.488.497.093	11.432.066.658	85.845.045.208	24.925.912.683	39.602.252.982
2003	Classe de rendimento (R\$)		até 942	942-1.570	1.570-6.281	6.281-9.422	9.422+
	Rendimento médio	R\$ 2.810	R\$ 575	R\$ 1.210	R\$ 2.981	R\$ 7.562	R\$ 17.113
	Número de famílias	48.534.638	14.696.772	10.181.484	18.952.229	2.236.892	2.467.262
	Part. % Famílias	100%	30%	21%	39%	5%	5%
	Rendimento Total Mensal (R\$)	136.404.369.244	8.453.647.730	12.324.040.311	56.488.710.863	16.914.774.176	42.222.981.807
Evolução Nº Famílias		19%	-15%	-1%	59%	34%	-11%

As faixas de renda de 2009 foram reajustadas levando-se em conta apenas o rendimento monetário e não-monetário, desprezando-se a variação patrimonial, de modo a que fosse comparável com 2003, visto que esse último componente não fazia parte do cálculo da POF-2003. Os valores de ambas as POFs foram atualizados para dez/2010 pelo INPC

FONTE: FECOMERCIOSP

Nova classe média foi o apelido que demos à classe C anos atrás. Chamar a pessoa de classe C soava depreciativo, pior do que classe A ou B, por exemplo. Nova classe média difere em espírito do termo “nouveau riche”, que acima de tudo discrimina a origem das pessoas. Nova classe média dá o sentido positivo e prospectivo daquele que realizou - e continua a realizar - o sonho de subir na vida. Mais importante do que de onde você veio ou está, é aonde você vai chegar. Nova classe média não é definido pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado do produtor. A nova classe média busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentem o novo padrão adquirido (CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 2017, pg.2)

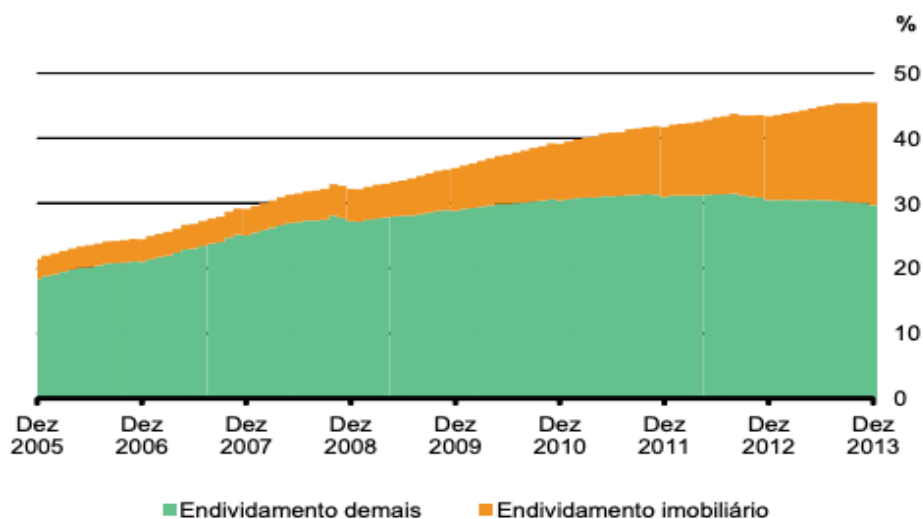
### 3.3 Inadimplência e endividamento das famílias

O consumo foi impulsionado através da formalização do trabalho, da inclusão bancária, oferta e disponibilidade de crédito, aumento do salário mínimo

e renda. A facilidade na obtenção de empréstimos fez com que diversas modalidades de crédito tivessem um crescimento considerável, sendo eles o crédito consignado devido aos baixos riscos aos credores, o cartão de crédito, crédito imobiliário e aquisição de bens. Ao analisar o perfil da dívida das famílias, é necessário olhar por dois aspectos, o endividamento e a renda comprometida com o serviço da dívida.

Semestralmente é publicado pelo Banco central um Relatório de Estabilidade Financeira, e em 2014 foi evidenciado o nível de endividamento das famílias e o comprometimento da renda dessas famílias para pagamentos de dívidas bancárias. O endividamento das famílias é calculado através da divisão da dívida das famílias pela massa salarial ampliada disponível (Bacen, 2014, p. 24). No Gráfico 4 é possível observar um aumento significativo no endividamento das famílias de aproximadamente 20% em 2005 para 45,5% em 2013. Esse fenômeno se deu principalmente pelo aumento da participação do financiamento imobiliário, entretanto, houve uma redução nas outras modalidades.

**Gráfico 4 - Endividamento das famílias 2005-2013**

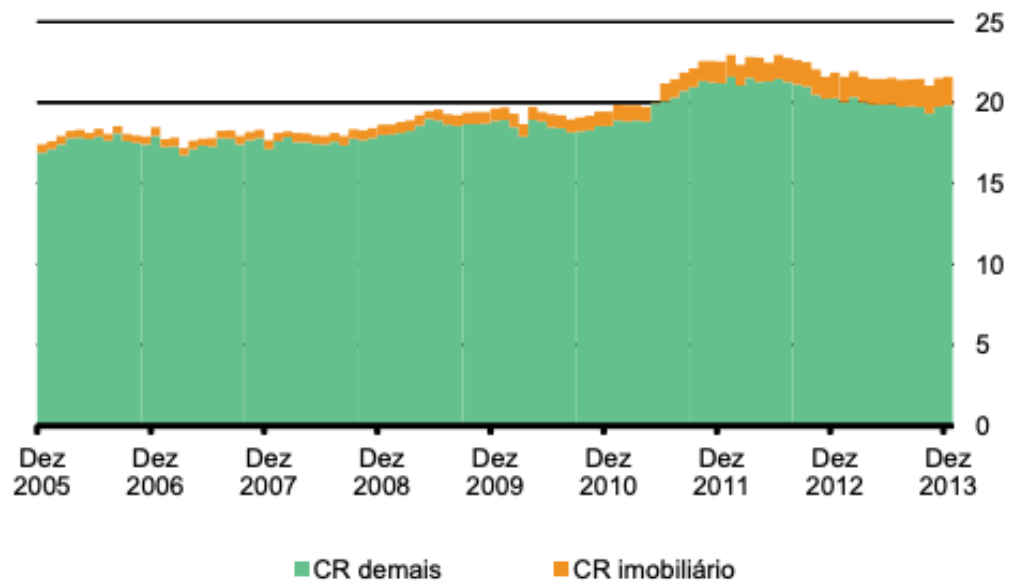


FONTE: BACEN

No Gráfico 5 podemos observar o comprometimento de renda das famílias, passou de aproximadamente 17% em 2005 para 21,6% em 2013 apresentando uma leve redução se comparado a 2011 e 2012. Essa redução se deu pelo aumento da contribuição de crédito habitacional e consignado que

possuem prazos mais longos e da participação de modalidades de cartão de crédito e cheque especial que apesar de terem aumentado, o crescimento da renda foi maior. É importante ressaltar que as modalidades contabilizadas são apenas crédito habitacional, leasing, cartão de crédito, crédito de cooperativas e crédito rotativo (Bacen, 2014, p. 24).

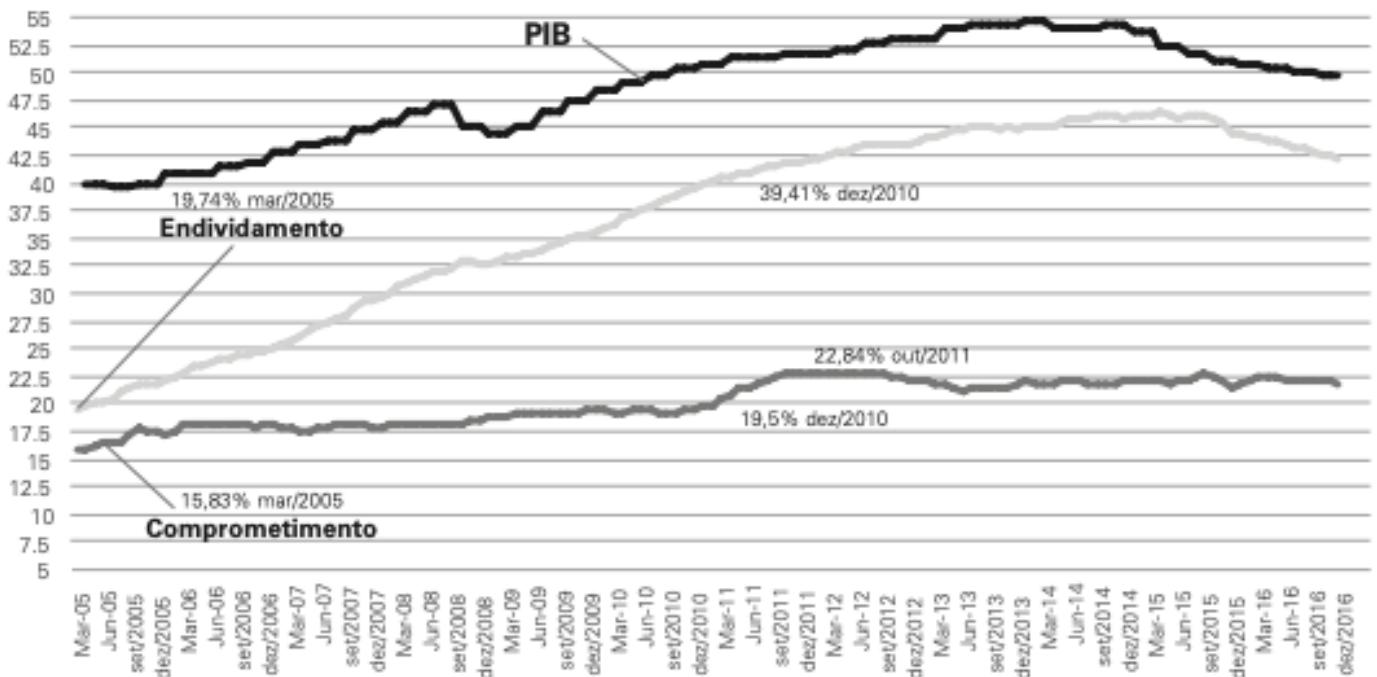
**Gráfico 5 – Comprometimento de renda das famílias 2005-2013**



FONTE: BACEN

Analisando o endividamento é possível perceber os produtos e serviços financeiros que mais contribuem para o endividamento. O cartão de crédito é possível ser adquirido facilmente se comparado as demais modalidades e não apresenta grandes restrições em relação ao perfil de quem quer adquirir o serviço, além de ser oferecido o uso sem anuidades em alguns casos e benefícios para os que o utilizam. Outra modalidade é o crédito habitacional, principalmente pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Crédito consignado é outra modalidade que possui grande participação no endividamento das famílias, por se tratar de um crédito livre de riscos para as agencias que oferecem esse tipo de serviço. Outras modalidades também apresentam participação, mas em menor número se comparada as mencionadas (Lara e Ribeiro, 2016).

**Gráfico 6 - PIB (em índice), comprometimento da renda (em % da renda) e grau de endividamento (em % da renda acumulada em 12 meses) período: 2005 a 2016 (mensal)**



Fonte: BCB e IBGE, SICSÚ, 2017

As características do perfil da dívida brasileira, no entanto, forçam a necessidade de se repensar a continuidade da utilização do crédito como ferramenta para a promoção do crescimento. A questão torna-se ainda mais importante, quando se reconhece que a expansão iniciada em 2004 não trouxe mudança qualitativa relevante, quando considerado o crédito à pessoa física, ou seja, o crédito expandiu-se, mas acentuou o mesmo perfil anterior, baseado em uma participação elevada do pagamento de juros sobre o serviço da dívida. Com isso, limita-se a utilização do crédito como canal para a expansão da demanda, uma vez que o peso sobre o comprometimento da renda é relativamente elevado (PAIM, 2015, pg 22).

Comparado a outros países, o nível de endividamento em relação ao PIB, em 2016, era inferior em alguns casos, mas a preocupação se dá pelo andamento da economia. O Gráfico 6 nos mostra que em 2011, o PIB apresentou queda de 7,5% para 4%. É perceptível a relação entre o curso da economia e o endividamento das famílias, ambas apresentam declínio. Essa correlação se dá justamente pela taxa de juros básica na economia e a política de aumento de juros utilizada constantemente pelo Banco Central.

## Considerações finais

Em linhas gerais, após a produção deste trabalho, que analisou quais os reais impactos sofridos, tanto pela população, os indivíduos atingidos por essa concessão de crédito como uma medida governamental, quanto pelo órgão estatal que promoveu essa concessão e as consequências observadas na economia.

Como mostrado por Schumpeter, a oferta de crédito na economia é essencial para o desenvolvimento econômico, mas como observado ao longo do trabalho, o crédito não se estendeu apenas para o empresário, mas também para a população que antes não possui acesso a esse tipo de serviço bancário.

Os anos de 2003 a 2010 foram marcados por grandes acontecimentos mundiais afetando a economia Brasileira, como foi o caso da ascensão da China como economia mundial e a Crise financeira do *Subprime* nos Estados Unidos em 2007. A oferta de crédito sofreu uma imensa aceleração no período, passando de 24,6% em 2003 para 45,2% do PIB em 2010.

As políticas voltadas a melhor distribuição de renda e o aumento da oferta de crédito foram essenciais para fomentar o consumo e geraram verdadeiros impactos na econômica. O país apresentou forte crescimento econômico, a taxa de crescimento do PIB subiu constantemente por todos os anos de mandato do Presidente Lula, se recuperando em 3,3% mesmo após a Crise Financeira de 2008. A taxa de desemprego em 2003 estava em 10,9% e reduziu para 5,3% em 2010. O consumo passou de -0,5% em 2003 para 6,2% em 2010.

Outros impactos negativos foram o endividamento das famílias e o comprometimento de renda. A modalidade que mais afetou as famílias, foi o cartão de crédito devido a sua facilidade de aquisição e suas altas taxas. Após a desaceleração da economia pós governo Lula,

Portanto, apesar de ter gerado crescimento econômico e apresentar variáveis positivas durante todo o seu governo, o crescimento não foi suficiente para se manter e as consequências foram a desaceleração da economia, aumento da taxa de desemprego e endividamento. O crédito foi fundamental para criar a demanda e acelerar o consumo, mas o custo em juros para a

população foi extremamente elevado e traz consequências até os dias de hoje.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, C. M.; **Crédito e Crescimento Econômico: Uma análise da relevância dos tipos de crédito no Brasil**. 2009. 156 p. Dissertação (Mestrado em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, F. J.; SOUZA, F. E.; SICSU, J.; PAULA, L. F.; STUDART, R.; **Economia monetária**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2012.

CARVALHO, S. S. et al. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: Uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares**, Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 2209, 2016.

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS (CPS). A nova classe média visão geral. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2012. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas\\_sociais\\_alunos/2012/Site/11\\_1BES\\_Nova%20Classe\\_Media.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2012/Site/11_1BES_Nova%20Classe_Media.pdf)>. Acesso em: 3 de outubro de 2022.

COSTA, A. M.; HENRIQUE, A.; FERNANDES, B. M.; OLIVEIRA, A. A.; OLIVEIRA, E. M.; PIVA, G.; MATTOSO, J.; FIORI, J. S.; VIEIRA, L.; BELLUZZO, L. G.; SILVA, L. I. L.; ROSA, L. P.; POCHMANN, M.; GARCIA, M. A.; CHAUI, M.; BARBOSA, N.; VANNUCHI, P. G. P.; CADER, R.; FERREIRA, R.; REZENDE, S. M.; ARAUJO, T. B.; LIMA, V. A.; “Dez anos de política econômica”. In: SADER, E. (Org.) **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CUNHA, A. M. et al. Ciclos Financeiros e o Comportamento do Crédito no Brasil entre 2004 e 2015. Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files\\_l/i4-b4b4692edcfccbb80a5bb30e75f4f751.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2016/submissao/files_l/i4-b4b4692edcfccbb80a5bb30e75f4f751.pdf)>. Acesso em: 3 de outubro de 2022.

FECOMERCIO SP. A evolução da classe média e o seu impacto no varejo: diagnósticos e tendências. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo. São Paulo: Fischer 2, 2012. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/upload/pdf/2015/13/pesquisa-classe-media-tela.pdf>>. Acesso em: 3 de outubro de 2022.

FECOMERCIO RS. Consumo & Endividamento: o futuro do comércio no Brasil está comprometido? Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<http://fecomercio-rs.org.br/wpcontent/uploads/2017/Fecom%C3%A9rcio-RS-Consumo-Endividamento.pdf>>. Acesso em: 3 de outubro de 2022.

FONSECA, J. S.; **Economia monetária e financeira**. 2. ed. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010**. Elsevier Editora Ltda, 2ª edição. São Paulo, 2011.

IVO, G.A; CRUZ, D. B.; CHINELATO, F. B., ZIVIANI, F. **A expansão do crédito no Brasil: uma ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico** *Gestão & Regionalidade*, vol. 32, núm. 95, 2016, pp. 160-174 Universidade Municipal de São Caetano do Sul São Caetano do Sul, Brasil 2016.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money** London: Macmillan, 1936. 403p

MARX, K.; **O Capital: crítica da economia política (Livro I: O processo de produção do capital)**

MORA, M.; **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. 66 p. Texto para discussão. Rio de Janeiro, janeiro de 2015

MORAES, Gloria. Verbetes Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>> Acesso em 4 de outubro de 2022.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. **Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

OLIVEIRA, Aline Martos de. **Análise da política fiscal do Brasil de 1991 a 2007**. Monografia de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

PAIM, B. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 4, 2015.

REZENDE, RICARDO PAZZOTTI. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula**. Monografia do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Novembro, 2009.

SBICCA, A.; FLORIANI, V.; JUK, Y. **Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor**. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, n. 4, 2012.

SCALON, C.; SALATA, A. **Uma nova classe média no Brasil da última década?: O debate a partir da perspectiva sociológica**. Sociedade e estado, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Dunker & Humblot, Berlim, Alemanha, 1964.

Séries de estatísticas Conjunturais, IPEA (Carta da Conjuntura). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/series-estatisticas-conjunturais-2/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

Séries históricas e estatísticas: Nível geográfico. Disponível em: 78 <[http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=1&no=1](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1) >. Acesso em: 05 de novembro de 2017.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo?. Texto para discussão 021. Instituto de Economia, UFRJ. 2017. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0212017sicsu.pdf>

SILVA, Adroaldo Moura da. **Os Economistas: A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução Mário R. da Cruz. Editora Nova Cultural Ltda., São Paulo. 1996.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e sociedade*, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.